



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

**Processo Administrativo Eletrônico nº 7956/2023**

**Objeto: contratação de empresa capacitada para prestar serviços de manutenção em sistemas de combate a incêndio.**

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

#### 1. OBJETIVO

- 1.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para **contratação de empresa de engenharia devidamente habilitada na prestação de serviços técnicos de manutenção PREVENTIVA e CORRETIVA em sistemas de combate a incêndio e pânico dos prédios Sede, COJE e Fórum de Natal da Justiça Eleitoral no Rio Grande do Norte**, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

#### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Temos visto quase diariamente tragédias envolvendo incêndios em todos os tipos de edificações que nos remetem a uma reflexão acerca dos dispositivos de segurança que são utilizados. Precisamos estar sempre alertas aos perigos e buscando sempre melhores equipamentos, ferramentas e planejamento para melhor enfrentar as adversidades, não apenas ostensivamente, mas também preventivamente.
- 2.2. A título de exemplos podemos citar alguns sinistros ocorridos no estado do Rio Grande do Norte:
  - 2.2.1. Em outubro/2017 mais de 100 moradias foram destruídas em um incêndio no bairro do Planalto, zona Oeste de Natal;
  - 2.2.2. Em março/2019 os Bombeiros foram acionados para controlar um incêndio na unidade de emergência Dr. Lavoisier Maia, em Monte Alegre-RN. A possível causa foi aquecimento de equipamentos eletrônicos ocasionando um curto circuito;
  - 2.2.3. Em abril/2019 um incêndio atingiu o Shopping Midway. O fogo começou em uma subestação do shopping. A rápida atuação da brigada de incêndio e o apoio do corpo de bombeiros foi fundamental para a contenção das chamas;
  - 2.2.4. Em maio/2023, um incêndio atingiu um apartamento e causou a evacuação de um prédio, em um condomínio do bairro Nova Parnamirim, em Parnamirim, na Grande Natal. Ninguém ficou ferido;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

- 2.2.5. Em Outubro/2022, um incêndio de grandes proporções atingiu uma loja de pneus às margens da BR-101 em Parnamirim, na Grande Natal, na manhã de um domingo;
- 2.3. No âmbito do TRE/RN já tivemos alguns princípios de incêndio:
- 2.3.1. Na Antiga Sede, um princípio de incêndio na copa do primeiro andar foi rapidamente controlado pelo servidor aposentado Ricardo Moraes;
- 2.3.2. No Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE, a equipe de vigilantes percebeu uma das lâmpadas do galpão das urnas em chamas. Rapidamente a apagaram com o uso dos extintores de pó químico;
- 2.3.3. Já no prédio da Sede Nova, a servidora Andrea Protásio percebeu um cabo de um carregador de celular em chamas. Ela conseguiu retirar o cabo da tomada e apagar o pequeno foco de incêndio, que acabou chamuscando as divisórias;
- 2.3.4. Também na Sede Nova, há alguns meses, durante a madrugada, o ar condicionado que resfria os computadores do CPD parou de funcionar. Sem a temperatura ideal, os computadores superaqueceram. O sistema de segurança dessas máquinas enviou uma mensagem automática ao servidor Daniel Ponte, que prontamente veio ao prédio solucionar o problema. Daniel afirmou que os discos rígidos dos computadores já estavam praticamente em brasa. Não fosse a agilidade e a disponibilidade dele, em sair de sua residência na madrugada, possivelmente teríamos uma tragédia;
- 2.3.5. Novamente, na madrugada de 02/08/2019, o ar-condicionado do CPD sofreu nova pane, fazendo com que o computador servidor viesse a superaquecer. A rápida chegada dos servidores Daniel Ponte e Ronald Fernandes ao prédio SEDE evitou um dano maior;
- 2.3.6. E por fim, ainda em 2019 tivemos um princípio de incêndio no galpão de urnas provocado pelo mau funcionamento do gerador solar de energia elétrica que foi debelado pelo próprio corpo de bombeiros.
- 2.4. Diante dos exemplos acima expostos, percebe-se a necessidade de prevenção, mas também de equipamentos adequados e eficientes para conter incêndios, caso venham a ocorrer.
- 2.5. A correta manutenção dos sistemas é a única maneira de evitar atropelos e falhas na detecção e combate inicial aos focos de incêndio evitando sua propagação e por conseguinte o pânico, desocupação da edificação, etc.
- 2.6. O TRE/RN tramita processo para contratação de serviços técnicos de engenharia no sentido de obter o Plano de Emergência, que nada mais é que o manual de operações dos diversos dispositivos de combate a incêndio e pânico das edificações.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura

Seção de Engenharia

- 2.7. Com isso abre-se uma lacuna que é a necessidade de garantia do funcionamento desses sistemas, ou seja, não há segurança em se ter o plano de emergência e não garantir o funcionamento.
- 2.8. Somente com a efetivação de rotinas específicas de manutenção destes sistemas é que poderemos mitigar os pequenos incidentes evitando que se tornem fora de controle.
- 2.9. Isso vem de forma concreta a evitar interferências indesejadas no combate ao fogo como o não funcionamento de determinado equipamento no exato momento em que o mesmo não deveria falhar.
- 2.10. A falha de um só equipamento de combate a incêndio no exato momento em que não deveria falhar, pode desencadear o pânico nos ocupantes da edificação pela simples desconfiança nos outros sistemas, e com isso o gerenciamento do risco perde a credibilidade tendendo a ir de um fato localizado a um descontrole geral.
- 2.11. Assim o gerenciamento do risco de nada adiantará se nós não dispusermos de equipamentos confiáveis e disponíveis a qualquer tempo. Isso nos remete à necessidade de rotinas de manutenção dos citados equipamentos a fim de garantir a vida dos ocupantes, objetivo principal de gerenciamento de riscos de incêndio.
- 2.12. Aliado a isso, temos a exigência do Corpo de Bombeiros do Estado que requer a responsabilidade técnica pela manutenção dos equipamentos, isso visa trazer de forma indireta a confiabilidade no funcionamento dos sistemas em caso de sinistro.
- 2.13. Portanto, o objetivo deste Estudo Técnico é evidenciar a melhor forma de prover os três maiores prédios deste Regional, a saber: prédio da nova sede, prédio do Fórum Eleitoral da Capital e prédio do Centro de Operações da Justiça Eleitoral do RN de manutenção preventiva e/ou corretiva a fim de garantir o perfeito funcionamento de todos os sistemas disponíveis no combate a incêndios e evitar a sua propagação.

### **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Requisitos orçamentários:**

O valor previsto para a contratação aqui demandada é de R\$ 407.000,00 para 36 meses, obtido com empresa do ramo objeto desta demanda.

Contudo, visando agregar operacionalidade ao contrato defendemos sua extensão para 60 meses, com isso a garantia de funcionamento dos equipamentos estaria garantida por mais tempo.

Caso o valor acima seja ultrapassado, o TRE/RN terá que providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

### 3.2. Requisitos técnicos:

A solução aqui estudada prevê a contratação de empresa, devidamente habilitada a fim de realizar as manutenções preventivas e corretivas dos sistemas de combate a incêndio e pânico das edificações na Capital.

Para tanto será exigida habilitação do responsável técnico compatível com o objeto pretendido de forma a garantir a realização dos serviços.

### 3.3. Requisitos temporais

Diante dos problemas narrados no tópico 2 desses estudos, a solução deve ser provida neste exercício haja vista a importância do objeto a ser contratado para fins de aumento da segurança das edificações.

### 3.4. Requisitos geográficos

A EMPRESA LICITANTE **NÃO precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte, CONTUDO A FUTURA CONTRATADA,** caso tenha sede em outra unidade da federação, deve levar em consideração todos os custos de logística em razão da necessidade de manutenção de sistemas implantados nos edifícios de forma presencial por equipe multidisciplinar, com uso de ferramentas e equipamentos especializados tais como bombas de pressurização do sistema de hidrantes e de *sprinkler*; sistema de alarme, sistemas de iluminação de emergência, sistema de pára-raios, entre outros.

Além disso, temos as manutenções corretivas que demandam atendimento rápido.

Desta forma, o plano de manutenção para ter um funcionamento compatível com o propósito de sua contratação deverá ter confiabilidade e para isso a agilidade no atendimento é fundamental.

### 3.5. Requisitos operacionais

Conforme dito acima, não há necessidade da futura contratada possuir sede ou filial no RN, contudo as manutenções deverão seguir o plano definido pela contratante, seguindo critérios técnicos e normativos, sem que o quesito distância ou dificuldade de logística interfira no resultado.

Reuniões, vistorias com a equipe de fiscalização, testes e procedimentos técnicos que envolvam a segurança da edificação deverão ter a presença do responsável técnico pelos serviços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

Como se trata de um serviço essencial que não pode deixar de ser realizado sob pena de causar prejuízos ao TRE/RN, a equipe de manutenção deverá ter acesso autorizado para todos os edifícios e departamentos a fim de elaborar seu trabalho com a devida completude, contudo, o cronograma de realização dos serviços deverá ser previamente submetido à fiscalização.

A subcontratação de serviços somente poderá ser autorizada pela Administração para serviços especializados que fujam à expertise técnica da futura contratada. Ou seja, a subcontratação não será, em nenhuma hipótese, a regra na execução contratual, só podendo se fazer uso dela para os serviços autorizados.

### **3.6. Requisitos de sustentabilidade**

A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber;

Também deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar suas práticas no que for cabível.

### **3.7. Requisitos fiscais e trabalhistas**

A empresa ou profissional habilitado licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista.

A empresa ou profissional habilitado deverá manter regularidade fiscal durante todo o período de contratação sob pena de rescisão contratual.

### **3.8. Requisitos administrativos**

A empresa habilitada, também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

### **3.9. Requisitos legais**

As normas da ABNT abaixo regem critérios de manutenção e funcionamento e fundamenta legalmente o pedido de contratação aqui formulado:

- NBR nº 12779 da ABNT estabelece os critérios para Inspeção e manutenção de mangueiras de incêndio;
- NBR nº 13.714 da ABNT estabelece os critérios para manutenção de hidrantes e mangotinhos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura

Seção de Engenharia

- NBR nº 12.962 da ABNT estabelece os critérios para inspeção e manutenção de extintores de incêndio.
- NBR 11742 estabelece os critérios de instalação e funcionamento das portas corta fogo.

Além das normas da ABNT temos que levar em conta as Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte que determinam vários critérios de manutenção e devem ser seguidas pela empresa.

### **4. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

- 4.1. Por meio da leitura das normas indicadas no subitem 3.10, a elaboração de plano de manutenção torna-se a uma solução determinada por órgão fiscalizador, o Corpo de Bombeiros do RN, e com isso conduzirá o TRE/RN a adoção de práticas adequadas de prevenção no combate a incêndios uma vez que busca garantir o bom funcionamento dos sistemas de combate.
- 4.2. Dessa forma, não há outra solução disponível no mercado que não a elaboração de plano de manutenção até mesmo por determinação do Corpo de Bombeiros do RN.
- 4.3. O Plano de manutenção contemplará todos os equipamentos disponíveis para combate a incêndio e pânico, incluindo bombas de pressurização do sistema de *sprinklers* e hidrantes, bombas de alimentação dos reservatórios (garantia de alimentação da reserva de incêndio) bombas de drenagem (evitar inundação dos subsolos) alarmes, portas corta fogo, sinalização, sistema de extinção com agente limpo (CPD), passa cordas da cobertura, vistoria mensal em extintores de incêndio, vistoria semestral das mangueiras dos hidrantes e ainda a manutenção dos extintores e teste hidrostático das mangueiras de incêndio, tudo conforme definido em normas da ABNT e Instruções técnicas do Corpo de Bombeiros.
- 4.4. Todos estes equipamentos são de conhecimento do mercado uma vez que estão sendo instalados há anos, desta forma, o mercado já tem empresas que fazem a manutenção e por isso existirão interessados em contratar.
- 4.5. A contratação de empresa habilitada é o caminho mais viável, pois não temos como executar a manutenção por não termos técnicos habilitados na equipe de manutenção contratada, não dispomos dos equipamentos e ferramentas apropriados que atendam aos requisitos da norma, e por isso propomos que a contratação de empresa especializada seja o caminho mais viável para atender essa demanda.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

- 4.6. Em que pese ser essa a primeira tentativa de contratação do gênero pelo TRE/RN, pois já fizemos contratação de manutenção de mangueiras de incêndio, contratação de recarga de extintores, contratação de manutenção de bombas hidráulicas, mas nunca com esse propósito específico de garantir o funcionamento de todo o sistema de combate a incêndio, temos o conhecimento de que há empresas tanto na praça de Natal como nos estados vizinhos que o serviço aqui requerido é atendido pelo mercado de manutenção.
- 4.7. Dessa forma, existem empresas que se ocupam em realizar serviços de manutenção de sistemas de combate a incêndio em habitações, comércios, imóveis rurais, etc, sendo possível encontrar no mercado local ou nacional a solução para a demanda especificada neste Estudo Preliminar.

### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. O plano de manutenção tem como objetivo a ordenação de todos os atos de manutenção, e com isso a organização proporcionará a garantia de que todos os equipamentos sejam atendidos apesar da existência de diversos tipos e características dos sistemas.
- 5.2. O estabelecimento ordenado de ações por si só já estabelece o cronograma de realização das manutenções, determina etapas e sequências de serviços com base em normas e manuais de equipamentos e com isso proporciona confiabilidade aos equipamentos.
- 5.3. Outro fator importante é que o plano de manutenções contempla toda a gama de equipamentos instalados nos prédios, inclusive a manutenção de extintores portáteis e mangueiras de incêndio, manutenção dos sistemas de alimentação de água dos reservatórios e sistemas de drenagem, tudo isso visando a garantia não só do funcionamento mas evitar o pânico em caso de mal funcionamento de sistemas emergenciais, igualmente importantes.
- 5.4. Com isso, atenderemos a demanda requerida pelo Corpo de Bombeiros do RN, em caráter continuado, com previsão de manutenções periódicas (mensais, semestrais, anuais).
- 5.5. A contratação aqui requerida é de **empresa devidamente habilitada em manutenção de sistemas de combate a incêndio e pânico, com apresentação de responsável técnico registrado no CREA/RN ou CAU/RN**, que responderá tecnicamente pela manutenção através da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica junto ao CAU/RN.
- 5.6. Quanto a normatização e legislação aplicada ao serviço.
- 5.6.1. A realização de serviços nas edificações listadas deverá ser executada de acordo com as Normas Brasileiras, inclusive quanto à segurança dos profissionais.





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

5.6.2. A metodologia de execução dos serviços deverá estar dentro das modalidades trazidas pelas normas da ABNT e atender às especificações contidas:

- Lei 14.133/2021;
- Lei 5.194 de 24 dezembro de 1966;
- Legislação Municipal e/ou Estadual referente ao assunto;
- Resolução do CONFEA nº 359, de 31 de julho de 1991;
- Instrução normativa nº 02 de 02 de maio de 2017;
- Norma NBR nº 13714/2000 da ABNT;
- Instruções Normativas do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte

### 5.7. Quanto ao serviço

Os serviços técnicos aqui pretendidos se referem à prestação de serviços e manutenção em sistemas de combate a incêndio e pânico para os prédios do TRE/RN na capital, e é definido como por uma rotina de ações e medidas a serem adotadas visando garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos de combate a incêndio e pânico das edificações.

O plano de manutenção contemplará serviços regulares nos seguintes sistemas de combate a incêndio e pânico, individualmente para cada prédio em razão das especificidades de cada um e envolvem:

- 5.7.1. **Manutenção de sistema de alarme:** (instalado no edifício sede) verificação do funcionamento do sistema, detecção e correção de sinais errados, identificação da necessidade de substituição de peças ou equipamentos do sistema, etc, de acordo com a NBR 17240 - Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio.
- 5.7.2. **Manutenção do sistema de hidrantes:** Instalados nas três edificações, efetivar rotina de testes do sistema a fim de avaliar o funcionamento da bomba de pressurização, realizar manutenção das bombas e chaves elétricas de acionamento, realizar a manutenção das mangueiras de incêndio conforme normativo específico inclusive a elaboração de relatório, realizar manutenção dos registros e caixas de incêndio dos hidrantes;
- 5.7.3. **Manutenção do sistema de *sprinklers*:** Instalados no edifício sede, efetivar rotina de testes do sistema a fim de avaliar o funcionamento da bomba de pressurização, realizar manutenção das bombas e chaves elétricas de acionamento, realizar a manutenção dos *sprinklers*, realizar manutenção dos registros e tubulações;
- 5.7.4. **Manutenção do sistema de extinção de incêndio com agente limpo:** manutenção do sistema de extinção de incêndio instalado na sala do CPD do edifício sede, realizar a recarga do gás seguindo as determinações técnicas do equipamento;
- 5.7.5. **Manutenção do sistema de pára raios:** verificar todo o sistema de pára raios das três edificações, e apontar em relatório ao Tribunal o que deverá ser realizado em caso de existência de problemas no funcionamento;





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

- 5.7.6. **Inspeção e manutenção de extintores de incêndio:** realizar inspeção mensal em todos os extintores realizando o *check list* de verificações definido pela norma, apresentado relatório ao TRE/RN constando os achados e soluções possíveis. Realizar a manutenção/recarga dos extintores conforme norma específica;
  - 5.7.7. **Inspeção e teste hidrostático das mangueiras de incêndio:** realizar inspeção nas mangueiras de incêndio conforme definido em norma e ao final apontar ao TRE/RN os achados e as soluções possíveis. Realizar anualmente teste hidrostático das mangueiras de incêndio conforme norma específica, com emissão de laudo técnico;
  - 5.7.8. **Manutenção das portas corta fogo:** inspeção e manutenção das portas corta fogo conforme determinado em norma específica;
  - 5.7.9. **Manutenção dos passa cordas e ganchos:** inspeção e manutenção dos elementos de passa corda instalados na cobertura do edifício sede conforme instrução técnica do corpo de bombeiros;
  - 5.7.10. **Inspeção e manutenção dos sistemas:** de alimentação de água dos reservatórios superiores das três edificações, e ainda dos sistemas de drenagem do edifício sede;
  - 5.7.11. **Laudo de Aceitação do Sistema:** anualmente a contratada deverá emitir laudo de acordo com a NBR 13714/1998 atestando o funcionamento de todo o sistema de combate a incêndio inclusive com medição da pressão dos sistemas de hidrantes e *sprinklers*. O laudo deverá descrever a inspeção completa dos subsistemas integrantes do SPDA de acordo com a NBR 5419/2005, conforme exigências do Corpo de Bombeiros e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, específica do laudo, devidamente registrada no CREA/RN.
- 5.8. Ao final dos trabalhos o profissional deverá apresentar relatório circunstanciado sobre os trabalhos realizados inclusive apresentando detalhamento acerca de impropriedades, deficiências, incoerências ou qualquer dispositivo que porventura falte nas edificações ou estejam em desacordo com as normas;
- 5.9. Quanto à licitante
- 5.9.1. A contratação aqui requerida deverá atender às exigências técnicas de acordo com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Será necessária a apresentação de documentos que comprovem a qualificação técnica dos licitantes ou interessados, assim entendida como a comprovação da capacidade técnico-profissional e capacidade técnico-operacional.
  - 5.9.2. Dessa forma, será exigido das empresas e dos profissionais habilitados, para fins de habilitação no certame licitatório, a apresentação de comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, constituído de:
    - 5.9.2.1. **Prova de registro ou inscrição do Responsável Técnico e da empresa licitante** junto ao Conselho Regional de Engenharia e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

Agronomia – CREA – ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme recomenda o Acórdão TCU nº 10362/2017 – Segunda Câmara;

5.9.2.2. **Para** atendimento à **qualificação técnico-operacional**: atestados de capacidade técnica, acompanhado da ART ou RRT correspondente, que comprovem que o licitante executou para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

- a) **Execução de MANUTENÇÃO EM SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO em imóvel residencial, comercial ou industrial com área construída mínima de 1.500,00 (um mil e quinhentos) m<sup>2</sup>.**

5.9.2.3. **Para** atendimento à **qualificação técnico-profissional**: comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissionais de nível superior, ARQUITETO OU ENGENHEIRO, reconhecidos pelo CREA ou CAU, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados junto ao CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, serviços relativos a:

- b) **Execução de MANUTENÇÃO EM SISTEMAS DE COMBATE A INCÊNDIO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO em imóvel residencial, comercial ou industrial com área construída mínima de 1.500,00 (um mil e quinhentos) m<sup>2</sup>.**

5.9.3. Para assinar o contrato deverá comprovar o **vínculo do profissional habilitado**, para fim de atender à recomendação contida nos Acórdãos TCU nº 103/2009 – Plenário e 73/2010 – Plenário, poderá ser efetuada pela apresentação de qualquer dos seguintes documentos: a) cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste o licitante como contratante; b) contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; c) contrato de prestação de serviços pelo profissional ao licitante, mesmo que sem vínculo trabalhista; ou, ainda, d) declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência deste mesmo profissional.

5.9.4. No caso de dois ou mais licitantes ou interessados apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos deverão ser inabilitados.

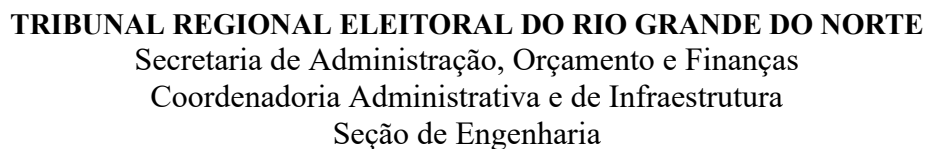


## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

- 5.9.5. O Atestado Técnico apresentado para habilitação neste certame deverá comprovar a aptidão para a execução de serviços com características similares em complexidade técnica e operacional equivalente ou superior aos serviços previstos.
- 5.9.6. Caso solicitado, o licitante ou interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 5.10. Quanto à vistoria prévia.
- Não será exigida vistoria prévia para participação no certame, podendo o licitante ou interessado, às suas expensas, visitar os imóveis desde que antecipadamente solicite autorização para adentrar os imóveis com identificação prévia e horário marcado através de e-mail à [senge@tre-rn.jus.br](mailto:senge@tre-rn.jus.br).
- 5.11. Quanto à contratada
- 5.11.1. Será exigida declaração emitida pela empresa ou profissional habilitado vencedor do certame de que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.
- 5.11.2. Serão exigidos ainda, para assinatura do contrato, os documentos determinados pela Lei nº 14.133/2021 que serão definidos pelos setores jurídicos.
- 5.11.3. Após assinatura do contrato a empresa ou profissional habilitado deverá apresentar em até 5 dias úteis o cronograma de execução dos serviços, necessários à emissão de ordem de serviço, e ainda a relação dos funcionários que irão integrar a equipe de forma que o TRE/RN possa agendar e autorizar a permissão de entrada nas dependências dos prédios.
- 5.11.4. Considerando a necessidade de agendamento descrita acima, cabe registrar que o cronograma deverá estabelecer datas em horários comerciais e estar constrito ao prazo de execução do serviço previsto no contrato.
- 5.11.5. **SERÁ PERMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO** desde que sejam serviços extraordinários ou de sistemas específicos, necessários à conservação da edificação, que não exijam a presença contínua de profissionais residente e que, devido à especificidade e/ou complexidade técnica, podem fugir da expertise técnica da CONTRATADA.
- 5.11.6. Caso o profissional habilitado esteja impossibilitado de prestar o serviço, a empresa ou profissional habilitado contratada deverá requerer sua substituição por outro profissional de qualificação técnica igual ou superior ao habilitado no certame.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS



- [illegible]



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura

Seção de Engenharia

Passa-Corda	-	-	-	-	-	-	-	-	36	<b>36</b>
-------------	---	---	---	---	---	---	---	---	----	-----------

FÓRUM					
DADOS PRINCIPAIS					
Área Construída (m²)	2.706,62			População Fixa	74
Nº Pavimentos	2			População Móvel	100
Altura Edificação (m)	6				
		ESPECIFICAÇÃO BOMBAS			
Hidrantes	BOMBA CENTRIFUGA 5 CV BPI-22 R/F 2 1/2, 380 V, WEG				
SISTEMA	SS1	TÉRREO	COB.	TOTAL	
Hidrantes	1	2	-	3	
Mangueiras (2 x 15m)	2	4	-	6	
Extintor portátil APL H2O 10L	5	10	-	15	
Extintor portátil PQS 6 Kg	5	10	-	15	
Extintos portátil CO2	2	1	-	3	
Sirene de Alarme	2	1	-	3	
Botoeira Alarme	2	1	-	3	
Bombas de Incêndio	-	-	1	1	
Pará-raio	-	-	2	2	
Sinalização Emergência	-	-	-	0	
Luminária Emergência	10	17	-	27	
Central de Alarme	-	1	-	1	
Válvula de Fluxo	-	-	1	1	

COJE					
DADOS PRINCIPAIS			População Fixa	55	
Área Construída (m²)	5.988,70		População Móvel	250	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura

Seção de Engenharia

Nº Pavimentos	3
Altura Edificação (m)	6

	ESPECIFICAÇÃO BOMBAS			
Hidrantes	CONJUNTO MOTOR BOMBA 5CV, VAZÃO 28,80 m³/h			
SISTEMA	TÉRREO	MEZANIN O	COB.	TOTAL
Hidrantes	6	2	-	8
Mangueiras (2 x 15m)	12	4	-	16
Extintor portátil APL H2O 10L	12	3		15
Extintor portátil PQS 6 Kg	16	3		19
Extintos portátil CO2	2	1		3
Bombas de Incêndio	-	1		1
Pará-raio				1
Sinalização Emergência	-	-	-	0
Válvula de Fluxo	-	1		1

- 6.2. Diante das características acima descritas e da necessidade de uniformização dos procedimentos de manutenção e de segurança contra incêndio, entendemos que a melhor descrição do objeto a contratar é a seguinte:

LOTE	DESCRIÇÃO	ÁREA CONST (m²)	QUANT (unid)
1	Execução do plano de manutenção nos sistemas e combate a incêndio e pânico para o prédio do FÓRUM DA CAPITAL	2.706,62	1
	Execução do plano de manutenção nos sistemas e combate a incêndio e pânico para o prédio SEDE DA SECRETARIA	16.296,83	1
	Execução do plano de manutenção nos sistemas e combate a incêndio e pânico para os prédios do COJE - Centro de Operações da Justiça Eleitoral	5.988,70	1



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 7.1. O preço estimado de R\$407.000,00 valor este apresentado pela empresa METRODATA e será reavaliado pela SETEC em momento oportuno.

**8. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

- 8.1. O serviço pretendido, contratação de serviços técnicos de manutenção em sistemas de combate a incêndio, compreende uma gama de atividades rotineiras nos diversos equipamentos a fim de verificar o seu funcionamento, realizar ajustes e caso sejam detectadas falhas, adotar providências para sanar o problema o quanto antes.
- 8.2. Os sistemas de combate a incêndio a que nos referimos e que buscamos a manutenção preventiva e corretiva é composto de bombas hidráulicas, tubulações de aço galvanizado, *sprinklers*, hidrantes, mangueiras, extintores portáteis, sistema de pára raios, sistema de iluminação de emergência, entre outros.
- 8.3. Considerando o exposto podemos detectar que são várias ações e que se delegadas a várias empresas certamente acarretará problemas na realização dos serviços e ainda de fiscalização e de responsabilização tendo em vista que alguns serviços tem relação com outros, por exemplo, hidrantes e *sprinklers*.
- 8.4. Há que se considerar que alguns serviços, como manutenção do sistema de pára raios, que é semestral, pode não gerar interesse no mercado isoladamente, e com isso trazer insucesso na licitação.
- 8.5. Outro fator é risco de prejuízo em um item, caso licitado em separado, e isso vir a comprometer a legalização da edificação junto ao Corpo de Bombeiros, já que o contrato de manutenção é cláusula pétrea para obtenção do AVCB – Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros.
- 8.6. Há que se registrar ainda a necessidade de uniformização dos procedimentos de forma que uma só contratação é o melhor caminho a ser adotado.
- 8.7. Outro aspecto diz respeito à implementação do plano de manutenção, vez que o setor de engenharia/manutenção do TRE/RN já encontra-se sobrecarregado com os contratos em andamento, e a contratação de várias empresas para prestarem o serviço aqui pretendido resultará em mais demandas de fiscalização.
- 8.8. Por fim, considerando que o plano de manutenção dos sistemas de combate a incêndio e pânico visa garantir o pleno funcionamento do plano de emergência na proteção de vidas humanas, resguardar o patrimônio público e garantir a continuidade da prestação de serviços, somente um trabalho com as mesmas características técnicas surtirá os





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

efeitos esperados e ainda produzirá resultados positivos na fiscalização da execução do contrato.

### **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

- 9.1. Não há registro neste regional de contratação similar, nem mesmo esta contratação dependerá de outro contrato, contudo, encontra-se em andamento contratação de plano de emergência que tem escopo distinto, porém se trata de demanda que pode impactar de alguma forma o objeto destes estudos.

### **10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PCA**

- 10.1. A demanda foi incluída no PCA sob o código ENG.XOO\_23.26.

### **11. RESULTADOS PRETENDIDOS, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;**

- 11.1. Através da contratação de empresa devidamente habilitada para desenvolver um trabalho técnico inédito para o TRE/RN, pretendemos:
- 11.1.1. Evoluir em termos de economicidade ao passo que não temos profissional capacitado no quadro do TRE/RN para a tarefa e a preparação ou treinamento sairia dispendioso e demorado;
- 11.1.2. Considerando os poucos recursos materiais e humanos disponíveis, a contratação permitirá não só aquisição de conhecimento já concretizado, bem como desprender os servidores para outras tarefas e atribuições administrativas, aproveitando melhor os recursos disponíveis.
- 11.1.3. A contratação também movimentará o mercado, gerando empregos já que se trata de uma demanda que exige conhecimento multidisciplinar, fora a necessidade de outras contratações que venham a ser apontadas como necessárias.

### **12. PROVIDÊNCIAS a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato**

- 12.1. Não haverá necessidade de providências anteriores ao início da execução do contrato, contudo, na fase de implantação do plano de manutenção e ao longo de sua vigência poderão ser apontadas providências e/ou adequações, devidamente fundamentadas.

### **13. Descrição de possíveis IMPACTOS AMBIENTAIS e respectivas medidas mitigadoras**

- 13.1. A empresa ou profissional contratado deverá adotar todas as medidas possíveis visando atender os critérios estabelecidos pelo Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e Instrução Normativa 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças  
Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura  
Seção de Engenharia

- 13.2. Como se trata de serviço de manutenção, a empresa deverá adotar todas as práticas necessárias a cumprir legislação e/ou normas relacionadas com o meio ambiente, inclusive adequações no ambiente de trabalho ou aquisição de novos equipamentos, visando extinguir ou mitigar os impactos ambientais.
- 13.3. Também será imprescindível o conhecimento do Plano de Logística Sustentável – PLS do TRE/RN.

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.**

- 14.1. A Equipe de Planejamento está diante da primeira contratação de um plano de manutenção exclusiva para sistemas de combate a incêndio, isso é fato, contudo, outros trabalhos técnicos, inclusive de manutenção predial, já foram contratados inúmeras vezes, com um número satisfatório de sucessos.
- 14.2. Um outro aspecto que nos aponta o caminho da viabilidade é a existência de normativo regulamentando o serviço aliado à exigência do Corpo de Bombeiros, isso desperta no mercado os profissionais e empresas ávidos por preencher nichos de mercado buscando capacitação.
- 14.3. Portanto, entendemos que a contratação será viável.
- 14.4. Quanto à razoabilidade é fácil entender que nos dias atuais todos os sistemas de proteção à vida estão em constante evolução, desde normas, instruções, novos equipamentos, etc.
- 14.5. Com isso, é razoável entender que contratações visando garantir o funcionamento dos sistemas de proteção à vida humana, serão uma constante na vida dos brasileiros.
- 14.6. Uma contratação para plano de manutenção em sistemas de combate a incêndio tem o condão da prioridade, portanto, entendemos que a contratação é viável e razoável para a Administração.

Natal/RN, 28 de setembro de 2023

Ronald Jose Amorim Fernandes  
Integrante Demandante

José Haroldo Machado Júnior  
Integrante Técnico

Ernesto Leça Pinto  
Integrante Administrativo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças

Coordenadoria Administrativa e de Infraestrutura

Seção de Engenharia